

Determinantes Socioambientais dos casos da COVID-19 nos povos tradicionais de Porto Velho – Rondônia¹

Socioenvironmental Determinants of COVID-19 Cases among Traditional Peoples of Porto Velho – Rondônia.

Determinantes socioambientales de los casos de COVID-19 en los pueblos tradicionales de Porto Velho – Rondonia.

Daniele Silva de Souza²

Elizabeth Moura da Silva³

Este estudo teve como objetivo identificar as determinantes socioambientais da saúde relacionadas aos casos de Covid-19 em povos tradicionais (indígenas e ribeirinhos) de Porto Velho. Trata-se de um estudo ecológico e quantitativo, com dados do e-SUS VE entre março de 2020 e dezembro de 2021, analisados no Statistica 13.5. Dos 733 casos confirmados, 53,2% eram do sexo feminino; entretanto, os óbitos predominaram em homens (54%). As doenças cardíacas e diabetes foram duas vezes mais frequentes entre ribeirinhos (9%), associadas à transição alimentar. A faixa etária de 70 a 79 anos concentrou 46,15% dos óbitos, sendo os indígenas mais afetados (54% das mortes). Nos ribeirinhos, os óbitos ocorreram exclusivamente em homens. Conclui-se que, embora o agente etiológico fosse o mesmo, a dinâmica da Covid-19 variou entre os territórios, demonstrando a influência das determinantes socioambientais na morbimortalidade desses povos.

Palavras-Chaves: Vigilância em Saúde Pública. Vigilância Sanitária Ambiental. Covid-19. Meio Ambiente e Saúde Pública. Povos Tradicionais.

¹ Resumo apresentado ao GT – Políticas Públicas, Territórios e Povos da Amazônia, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/PGDRA da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Discente do Curso de Ciências Jurídicas/UNIR, 5º Período. Fiscal Municipal de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: 5190520722657339. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8759-2966>.

³ Discente do Curso de Ciências Jurídicas/UNIR, 5º Período. Assessora Administrativa da Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil. . Lattes: . ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2857-2338>.

INTRODUÇÃO

A mola propulsora para o desenvolvimento deste estudo sobre a ocorrência dos casos de infecção humana pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 nas populações vulneráveis, considerados povos tradicionais (indígenas e ribeirinhos) de Porto Velho, deu-se por atuarmos como assessora técnica do Departamento de Vigilância em Saúde (DVS) da capital, tendo como atribuição monitorar, diariamente, tanto os casos positivos quanto os contatos havidos por esta população.

No dia 03 de fevereiro de 2020, a Portaria Ministerial N°188 declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), sendo esta a primeira denominação da doença no Brasil. Entretanto, com o seu agravamento passou a ser registrado como Covid-19.

O Ministério da Saúde (MS) registrou a primeira notificação de um caso confirmado de Covid-19 no Brasil em 26 de fevereiro de 2020. No mês de março de 2021, em cumprimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 742 (ADPF) do Supremo Tribunal Federal (STF), foram inseridos dois novos campos nas fichas de notificação dos sistemas e-SUS Notifica e Sivep-Gripe, para registro da condição de membro de **povos ou comunidades tradicionais**. A inclusão dos campos nos sistemas de informação visou gerar dados a respeito de povos e comunidades tradicionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas para controlar a pandemia de Covid-19 nessa população (BRASIL,2022).

Em diversas comunidades tradicionais e territórios indígenas, o adoecimento ocasionado pela Covid-19 se acoplou aos cenários de vulnerabilidade em que esses povos já estavam inseridos, seja pela falta de regularização de seus territórios, ou pelas invasões de madeireiros, grileiros e de setores da mineração e do agronegócio. Além disso, fatores como o sucateamento dos serviços de saúde indígena, e a falta de uma estrutura médica de alta complexidade nas cidades de pequeno e médio porte, e territórios remotos da amazônica como um todo, agravaram o cenário pandêmico. (NASCIMENTO; ROCHA, 2021, p.2)

É importante mencionar que o primeiro caso autóctone, teve os sintomas iniciais em 18/03/2020 e, após coleta do material biológico e envio para Fiocruz/RJ, o laudo com a confirmação foi expedido em 31/03/2020. Diariamente, analisamos todos

os dados referentes à pandemia, principalmente quanto às variáveis: sexo, faixa etária, comorbidades, provável local de infecção, dentre outras, desenhando o perfil sanitário e epidemiológico, conforme a ocorrência dos casos por semana epidemiológica da emergência em saúde pública, em Porto Velho, por estarmos diante da maior crise em saúde vivenciada no último século, e nos 24 anos de atuação no serviço público em saúde.

Um fato antagônico dessa pandemia nos territórios remotos, é a de que a orientação principal era: “fique em casa”, e os povos tradicionais têm uma cultura de convívio coletivo, com hábitos de danças e rituais que ocorrem com grande frequência. Além disso, a manutenção desses indivíduos doentes nas localidades distantes da capital, acima de 100 quilômetros, era um fator de risco para o agravamento da doença, pois a vulnerabilidade biológica dos povos indígenas aos agentes etiológicos causadores de diversas infecções, ao longo da história, por várias vezes foi comprovada, devido aos seus hábitos socioculturais ou outros fatores das determinantes ambientais de saúde para essa população.

Na Amazônia brasileira, os rios são considerados as “estradas” dos grandes centros urbanos, por onde, diuturnamente, pessoas, cargas, combustível e outros materiais são transportados por, desde um barco pequeno até uma balsa, e desta para os, quer seja em embarcações de médio e grande porte, indo e vindo impondo o ritmo da economia local. Além do mais, por opção ou por necessidade, os habitantes dos territórios ribeirinhos sobrevivem à base de pesca, carne de caça, extrativismo vegetal, hortas e outras pequenas plantações para subsistência, e a mãe natureza é quem determina a vida e a dinâmica territorial dessas populações.

A chegada da pandemia realçou os problemas sociais nos países em desenvolvimento, como o Brasil e, em alguns grupos sociais em maior grau, dentre os quais estão os povos indígenas e populações ribeirinhas, classificados como povos tradicionais, ressalta-se que no país há aproximadamente 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) desses indivíduos, representando 2,10% da população brasileira. Segundo Sato (2020), essa vulnerabilidade se deve ao fato de eles não terem acesso a remédios, atendimento médico ou vagas nas UTIs dos diversos hospitais públicos deste país, tampouco acesso a uma informação que permita a esses grupos a compreensão quanto ao perigo do vírus.

Neste sentido, o Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19 em 2020, elaborado por instituições que compõem a Frente pela Vida reafirma essa disparidade, quando afirma que:

Os primeiros casos eram pessoas de estrato econômico elevado, recém-chegados de viagens ao exterior, mas a doença rapidamente atingiu as comunidades pobres das periferias das grandes cidades e passou a se expandir para o interior do país, atingindo inclusive povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas. A letalidade nesses grupos tem sido superior à média brasileira. (Frente pela Vida, 2020, p.33)

Como podemos depreender, a vulnerabilidade de alguns grupos sociais à Covid-19, no Brasil, vem sendo explorada direta ou indiretamente em diversos trabalhos (MATTA, et al, 2021). Como consequência dos profundos problemas sociais do país, torna-se difícil discutir questões sanitárias sem mencionar as desigualdades sociais (PIRES *et al.*, 2020), porque isso se reflete nas condições de vida e moradia das pessoas, de tal modo que impossibilitam até a adoção de medidas simples de higiene para a contenção do novo Coronavírus (SPOSATI, 2020).

É importante considerar, também, que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde, onde o meio ambiente influencia os modos de vida e de trabalho (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007), e Tarlov (1996) define que as determinantes sociais da saúde são as características sociais dentro das quais a vida transcorre. Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), estabelecida em 2006, os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) são: “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, p.02. 2007).

O Boletim Epidemiológico 1 Covid-19 Comunidades Tradicionais e Povos Quilombolas, publicado pelo Ministério da Saúde em 01/09/2022, assevera que no Brasil período de 2021 e 2022, foram registradas 62.809.828 notificações de casos suspeitos de covid-19, sendo 19.438.496 confirmados (30,9%). Identificou-se que 263.664 (0,4%) indivíduos notificados se autodeclararam membros de comunidades tradicionais. Já em Porto Velho no período de 2020 e 2021, foram registrados 88.042 casos confirmados, dos quais 733 (0,83%) se declararam indígenas ou ribeirinhos.

A partir dessas constatações preliminares da literatura relacionada aos povos e comunidades tradicionais que vivem na amazônica ocidental, destaca-se a preocupação dos pesquisadores pela compreensão da complexidade e dos desafios que permeiam o controle da covid-19 nesses territórios específicos, uma vez que sofrem interferência não só de fatores individuais, mas também de cunho cultural, social e ambiental.

2 JUSTIFICATIVA

Este estudo possui relevância e se caracteriza como inovador, na medida em que considera e valoriza o contexto local, a partir de suas especificidades, olhando ainda para as questões que emergem e suscitam reflexões de vigilância em saúde para promoção e prevenção de doenças e agravos dentre os povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos).

Atualmente, no Brasil já foram registrados mais de trinta e um milhões de casos da COVID-19, com incidência de 14.817 a cada 100.000 habitantes. A região Norte do país apresenta: letalidade, incidência e mortalidade menores que os indicadores nacionais, porém, a capital de Rondônia, Porto Velho, registra uma incidência 43% maior que o Brasil, e uma mortalidade 56% superior. Esses indicadores evidenciam que a disseminação da doença permanece com transmissão sustentada, ainda que a população resida distante dos grandes centros urbanos.

Compreender sobre o processo saúde-doença da Covid-19 permitirá reconhecer a dinâmica ambiental e territorial como parte integrante da tríade epidemiológica ambiente-agente-hospedeiro. Assim, espera-se a elaboração de um planejamento para condução do enfrentamento das Síndromes Respiratórias Agudas Graves-SRAG, considerando os desafios, vulnerabilidades e DSS que possam se caracterizar como potencializadores do adoecimento dos povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos) para a mitigação dos danos causados pela pandemia, conhecida atualmente como covid-19 longa.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Estabelecer as determinantes socioambientais da saúde, dos casos da Covid-19, nos povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos) de Porto Velho.

3.2 Objetivos Específicos

- I. Demonstrar o panorama geral dos casos de Covid-19 do município de Porto Velho, segundo a ocorrência por semana epidemiológica;
- II. Comparar os indicadores epidemiológicos dos casos de Covid-19 nos povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos) de Porto Velho em 2020 e 2021;
- III. Analisar o perfil dos casos de Covid-19 nos povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos) de Porto Velho em 2020 e 2021.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo ecológico e abordagem quantitativa, realizado em Porto Velho-Rondônia.

4.2 Caracterização do cenário de estudo

4.2.1 Povos Indígenas

Foram consideradas para este estudo apenas as aldeias que estão localizadas no âmbito do território pertencente ao município (Karitiana e Karipuna), considerando que o DSEI de Porto Velho.

A única aldeia Karitiana está a aproximadamente 100km de Porto Velho, no sentido Rio Branco-AC, cujo acesso é feito pelo asfalto da BR-364 por meio do quilômetro 50 da rodovia, onde inicia-se uma estrada de terra para chegar na aldeia pela floresta.

As casas Karitianas atuais seguem o modelo regional, de duas águas, mas a matéria-prima de sua construção varia: há moradias de madeira, de taipa e mesmo algumas construções de alvenaria. As construções antigas, erguidas com troncos, cipó e palha de babaçu—ambiatyna, “casa redonda” – foram abandonadas há algumas décadas, mas os Karitiana orgulham-se de recordar sua construção: há duas delas na aldeia, na extremidade meridional de cada uma das margens do igarapé; a da margem direita é bem maior e representa, aos olhos dos índios, modelo fiel das casas de antigamente, aquele ensinado aos índios por Botyj a divindade criadora (<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana>)

De acordo com o DSEI de Porto Velho, os povos indígenas da etnia Karitiana e Karipuna têm uma população constituída de 338 indivíduos dessas etnias, com distribuição igualitária em relação ao sexo e faixa etária diversa. A organização socioambiental constatou que a população cresceu mais de 60%, nos últimos 30 anos:

Uma rápida visita à aldeia surpreende pelo elevado número de recém-nascidos e crianças, bem como de mulheres grávidas. Os Karitiana observam com alegria e contentamento a superação das antigas

perspectivas de extermínio, apontando para um posicionamento ativo do grupo que, mesmo conhecendo técnicas anticoncepcionais, as teriam abolido como forma de fazer crescer novamente a população. (<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana>)

A etnia Karipuna está presente em Rondônia

A Terra Indígena (TI) Karipuna está localizada nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré. Ali os Karipuna estão reunidos na aldeia Panorama. A TI tem como limites naturais os rios Jaci-Paraná e seu afluente pela margem esquerda, o rio Formoso (a leste); os igarapés Fortaleza (ao norte), do Juiz e Água Azul (a oeste) e uma linha seca ao sul, ligando este último igarapé às cabeceiras do Formoso” (https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_de_Rondônia).

Considerando os determinantes sociais e ambientais dos povos indígenas (Karitiana e Karipuna), existe diferença entre estes, reforçando as especificidades de cada etnia. Para ambas, o serviço de abastecimento de água é prestado por Solução Alternativa de Água – Poços Artesianos, e não possuem saneamento básico, ou seja, os dejetos humanos são direcionados para fossas provincianas. A estrutura da habitação Karitiana é feita de diversos materiais, no entanto, a alvenaria já se faz presente nessas terras, já a habitação Karipuna é mais provinciana, com madeiras e taipas.

4.4 Procedimentos de coleta de dados

Foi realizado um levantamento das variáveis sociodemográficas (idade, sexo, raça/cor, comunidade tradicional e profissional de saúde) e clínicas (comorbidades, sinais e sintomas, classificação final, evolução, data da notificação e início dos sintomas) dos casos confirmados de Covid-19 nos povos tradicionais (Indígenas - Karitiana e Karipuna - e Ribeirinhos) no banco de dados do e-SUS-Notifica.

O presente estudo foi elaborado exclusivamente com dados secundários, anonimizados, protegendo dados pessoais de identificação do indivíduo, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo que o banco de dados utilizado foi extraído do e-SUS Notifica em 12/02/2022.

4.5 Análise dos dados

Os dados foram armazenados no Programa Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva no software Statistica, da TIBCO, versão 13.5.0.17.

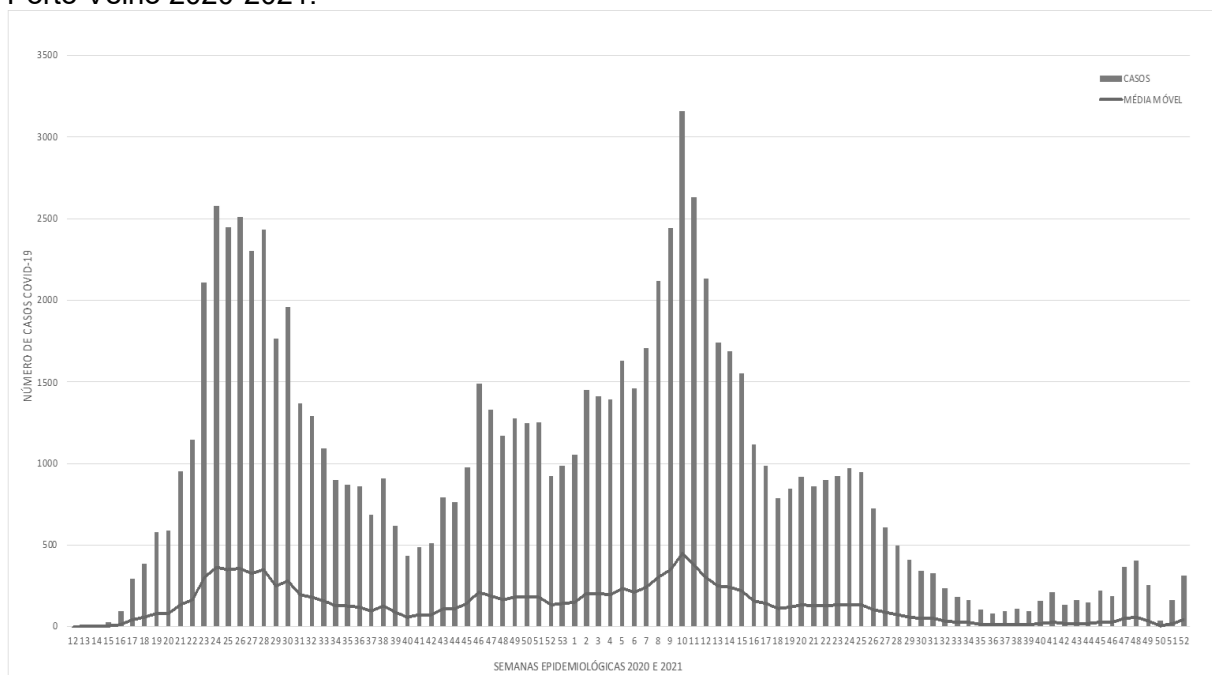
4.6 Aspectos Éticos

Atendendo às recomendações da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), este projeto foi enviado e aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA), bem como pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), conforme parecer nº 4.991.581.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de 2020 e 2021, foram confirmados 733 casos de Covid-19 entre os povos tradicionais, sendo 361 (49,24%) em povos indígenas e 372 (50,76%) em povos ribeirinhos. A idade média foi de 35,7 anos (DP 19,329 - mínimo de 0 e máximo 97 anos) para os indígenas e 40,5 anos (DP 18,361 - mínimo de 1 e máximo 96 anos) para os ribeirinhos. Verificou-se que nos meses de junho/2020 e março/2021 ocorreram os maiores números de casos, sobressaindo neste, a Semana Epidemiológica-SE 10 (07/03 a 13/03/2021) com o registro de 3.159 casos, com queda gradual a partir da segunda quinzena de abril de 2021. A média móvel de casos a cada sete dias, no período de 2020 a 2021, foi de aproximadamente 133 casos, cujo pico abrangeu 451 registros (Figura 01).

Figura 01. Número de Casos de Covid-19 e Média Móvel por Semana Epidemiológica Porto Velho 2020-2021.



Fonte: E-SUS VE/DVE/DVS/SEMUSA/PV, 12/01/2022

Tabela 1. Distribuição dos casos de Covid-19 nos povos tradicionais (Indígenas e Ribeirinhos) de Porto Velho em 2020 e 2021, segundo sexo e raça/cor.

	Indígenas n (%)	Ribeirinhos n (%)	Total N (%)
Sexo			
Feminino	190 (52,6)	201 (54,0)	391 (53,3)
Masculino	171 (47,4)	171 (46,0)	342 (46,7)
Total	361 (100)	372 (100)	733 (100)
	Indígenas n (%)	Ribeirinhos n (%)	Total N (%)
Raça/cor			
Indígena	361 (100,0)	*	361 (49,2)
Parda	*	265 (71,2)	265 (36,2)
Amarela	*	43 (11,6)	43 (5,9)
Branca	*	35 (9,4)	35 (4,8)
Preta	*	18 (4,8)	18 (2,4)
Ignorado/ Em branco	*	11 (2,9)	11 (1,5)
Total	361 (100,0)	372 (100,00)	733 (100,00)

Fonte: E-SUS VE/DVE/DVS/SEMUSA/PV, 12/01/2022

A maioria dos casos, independentemente de ser Indígena ou Ribeirinho, era do sexo feminino apresentando 391/733 (53,3%) do total registrado, distribuição de casos foi equilibrada entre as duas populações estudadas. A raça/cor indígena é a mais frequente entre os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave/SRAG por COVID-19, nos povos tradicionais (361; 49,2%), seguida da parda (265; 36,2%). Observa-se que 11 (1,5%) ribeirinhos possuem a informação ignorada para raça (tabela 1).

O resultado encontrado no presente estudo, vai ao encontro do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, cujo achado demonstra que entre os indivíduos que se autodeclararam membros de comunidades tradicionais, identificou-se maior percentual do sexo feminino, tanto para casos notificados (55,5%) quanto para os confirmados (55,4%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As determinantes socioambientais da saúde nos povos tradicionais de Porto

Velho, e suas territorialidades, demonstraram a ausência de saneamento básico, abastecimento alternativo de água, construção precária de unidades habitacionais e presença de Unidades Básicas de Saúde. Os maiores obstáculos durante a vigência da emergência em saúde pública foram: a logística, o deslocamento da equipe, o transporte dos pacientes e a assistência à saúde em tempo oportuno.

A limitação do estudo, se deu na ausência do preenchimento correto da ficha de notificação do e-SUS Notifica, considerando que a maioria dos registros referentes às classificações de povos e comunidades tradicionais ficaram concentradas na categoria “outros” ou “em branco”. Esse resultado dificulta análises comparativas e pode mascarar outros resultados, gerando incompletude dos dados.

Diante de todo esse contexto, a morbimortalidade por Covid-19 nos povos tradicionais de Porto Velho, poderiam terem sido menores, se as políticas públicas tivessem saído do papel e assumido o protagonismo para minimizar os danos causados, principalmente os ambientais e culturais. A falta de infraestrutura e oferta dos serviços de saúde de maior complexidade “in loco”, contribuíram de modo significativo para o adoecimento e óbito de cada indivíduo acometido dessa doença nos seus territórios de origem.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Daniele Silva de. **Determinantes socioambientais dos casos da COVID-19 nos povos tradicionais de Porto Velho – Rondônia**. 2023. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – (PGDRA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2023. Orientador: Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott.

ALTINI, E. et al (orgs). **A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil Breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas**. Publicação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Outubro de 2013.

BÓIA, M, N. et al . **Tuberculose e parasitismo intestinal em população indígena na Amazônia brasileira**. *Rev. Saúde Pública* v.43 n.1 São Paulo fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v43n1/6657.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Notícias “MP extingue Funasa e transfere suas competências para ministérios da Saúde e das Cidades”** . Brasília: Agência Câmara de Notícias, Câmara dos Deputados, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932622-mp-extingue-funasa-e-transfere-suas-competencias-para-ministerios-da-saude-e-das-cidades/> . Acesso em março de 2023.

CHAVES, Maria R.; BARROSO, Silvana C.; LIRA, Talita M. **Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia**. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2009.